

O poder e o corpo por trás do texto: metodologia na psicanálise política

The power and the body behind the text: methodology in political psychoanalysis

Aline Souza Martins¹

Resumo: O artigo aponta o poder como uma importante questão para a construção teórica e metodológica dentro da psicanálise. Partindo da teoria freudiana são convocados autores contemporâneos que evidenciam a relação entre psicanálise e política e reivindicam uma metodologia híbrida para a análise neste campo. A psicanálise é entendida como um discurso permeado por questões de raça, gênero, classe e colonialismo, necessitando estar vigilante à sua posição política. A localização dos corpos por trás da construção teórica é defendida como uma forma de combater a perpetuação da dominação vigente no âmbito acadêmico, que é encoberta pelo ideal de universalidade e neutralidade. Assim, propomos que essa crítica seja incorporada pela psicanálise em uma localização da experiência do analista enquanto corpo que fala de uma posição no discurso social, tanto na construção de teoria quanto na escuta clínica.

Palavras-chave: psicanálise, política, metodologia, híbrido.

Abstract: The article points out the power as an important question for the theoretical and methodological construction within psychoanalysis. Starting from the Freudian theory, contemporary authors are called to highlight the relationship between psychoanalysis and politics and it claims a hybrid methodology for analysis in this field. The Psychoanalysis is understood as a discourse in which issues of race, gender, class and colonialism intervene, then it is necessary to be vigilant to its political position. The bodies behind the theoretical construction as a localized issue is defended as a way to combat the perpetuation of current domination in the academic sphere, which is covered by the ideal of universality and neutrality. Thus, we propose that this criticism be incorporated by psychoanalysis in a location of the analyst's experience as a body that speaks of a position in social discourse, both in theory construction and in clinical listening.

Keywords: Psychoanalysis, politics, method, hybrid.

¹ Professora de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Pós-graduação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (2020).

Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. (Anzaldúa, 2000, p.234)

Introdução

O presente artigo se propõe a problematizar o que poderia ser considerado um método de análise entre psicanálise e política como um espaço de interpretação no qual diferentes disciplinas e regimes de saber contribuem para a análise como uma disputa de poder (Frosh, 2010; Rosa, 2016; Baraitser, 2018). Partindo da escuta psicanalítica proposta por Freud (2011 [1923]), que tem como objetivo a análise tanto no contexto da clínica quanto da pesquisa, trazemos autores contemporâneos que têm reivindicado a necessidade da psicanálise evidenciar a problemática política presente no discurso que escutamos, seja ele de um sujeito, de um grupo ou da cultura (Frosh, 2010; Rosa, 2016; Guerra & Martins, 2013), através de uma metodologia que se propõe híbrida (Bhabha, 2007; Ayouch, 2019). Nesse campo, propomos que a psicanálise se entenda como um discurso permeado por questões de raça, gênero, classe e colonialismo, e assim como os demais necessita estar vigilante aos seus próprios pontos cegos gerados por sua posição política. Autoras contemporâneas que vem evidenciando essa crítica nas ciências e na filosofia (Haraway, 1984; Allen, 2017) podem contribuir para essa atualização da psicanálise enquanto teoria e técnica. Especialmente no que se refere aos mecanismos de manutenção de poder que usam a descorporificação do saber para encobrir a perpetuar a dominação. Haraway (1984) coloca um ponto de questionamento para a psicanálise que a reenvia a uma atualização que só será possível por uma psicanálise atenta a política na qual está inserida. Finalmente, defendemos a escolha ética por formas de relação que conduzem a produção de conhecimento localizado e em rede, mesmo que esse processo signifique lutar constantemente contra as nossas próprias práticas de dominação. Essa forma de pesquisa nos localiza na nossa própria experiência enquanto corpo localizado no discurso social.

O papel da psicanálise no “descentramento” do sujeito universal

Freud define a psicanálise como um método tanto de investigação, quanto de tratamento. Produz conhecimentos psicológicos novos a partir do seu objeto, que são fenômenos psíquicos “difícilmente acessíveis” (Freud, 2011 [1923]). “Tudo o que é reprimido tem de permanecer inconsciente, mas constatamos logo de início que o reprimido não cobre tudo que é inconsciente” (Freud, 2011 [1915], p.100), seu conteúdo também é composto por

tudo aquilo que é representante das pulsões, regido pelos mecanismos dos processos primários (principalmente condensação e deslocamento) e desejos da infância fixados no inconsciente. O objeto de estudo psicanalítico é composto pelo que escapa à consciência e à representação. Esse objeto, que não aparece mas produz efeitos, obrigou seus pesquisadores a criarem uma metodologia nova, capaz de investigar um fenômeno apenas pelas suas manifestações, que escapam pelas bordas do consciente em formações de compromisso deformadas pela censura.

A psicanálise é em si um método de investigação do inapreensível inconsciente, mas passível de construções hipotéticas através da análise de atos falhos, sintomas, sonhos, lapsos, chistes, negações e tudo o que escapa despreziosamente do consciente escrito, dito ou feito. Apesar deste método ter sido usado tanto para fenômenos individuais, como grupais, ou históricos, como Freud mostrou em seus textos *Totem e Tabu* (1996 [1913]), *Moisés e o Monoteísmo* (1996 [1939]) ou *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1996 [1921]), o uso da psicanálise para investigar fenômenos políticos e sociais ainda permanece polêmico, tanto por ser uma extrapolação da relação clínica entre paciente analista, quanto pela restrição de algumas vertentes da psicanálise a não se proporem a interpretar as relações de poder presentes e fenômenos sociais, resumindo toda a escuta ao sexual no sujeito.

De fato, a escuta freudiana não pretende a totalidade, “a psicanálise demonstra que qualquer tentativa de dizer toda a verdade está fadada ao fracasso. Há um furo no saber que advém de seu pressuposto básico: o sujeito da psicanálise, o sujeito dividido” (Mezêncio, 2004, p.110). Assim, parte-se de um espaço de interpretação e análise complexos, no qual diferentes disciplinas e regimes de saber contribuem em cooperação, e não de uma divisão formal entre disciplinas que geram oposições e disputas.

Campo híbrido

Nesse sentido, para a análise de todo fenômeno existe um eixo subjetivo e outro político tanto no que se trata de fenômenos clínicos quanto sociais (Martins, 2014; Rosa, 2016; Guerra & Martins, 2013; Frosh, 2010, 2019b; Baraitser, 2017), o que entretanto nem sempre é levado em consideração. Um dado fenômeno é sempre influenciado de maneira multidimensional no qual os eixos subjetivo e político são atravessados por linhas mais específicas da influência de gênero, raça e classe de modo que todo fenômeno estaria perpassado por uma teia discursiva de poder (Martins & Santiago, 2019). Esse campo destaca as origens da dominação explicitando a articulação do sujeito com os determinantes

subjetivos do desejo, do saber e da verdade que se operacionalizam nos laços sociais por meio do político (ROSA, 2017).

Nesse sentido a metodologia de análise necessita de um campo híbrido de interpretação, para que os fenômenos sejam estudados de maneira complexa. A discussão sobre a hibridez ganha destaque com os estudos pós e decoloniais (Bhabha, 2007), descrevendo a impureza própria das identidades sociais e individuais do nosso tempo. O psicanalista Thamy Ayouch (2019) trás esse conceito para dialogar com a metodologia psicanalítica, dizendo que o “fundamento epistemológico da psicanálise freudiana não pertence a um campo determinado do saber. . . . A hibridez epistemológica da psicanálise freudiana se deve, portanto, ao seu interesse na enunciação, mais do que no conteúdo enunciado” (Ayouch, 2019, p. 33). Essa característica é considerada pelo autor como o que mantém o caráter transgressor da psicanálise ao encarar as mutações antropológicas do seu tempo. Sua leitura postula que

[a]s estratégias de poder e resistência próprias da racionalidade, que Foucault identifica a nível social, são constitutivas dos modos de subjetivação, que o inconsciente se estrutura como político, que ele articula saberes subjugados, subalternos e discursos maiores. São estes saberes minoritários, saberes locais, queer, trans, não-binários, alterizados, marginalizados, feministas, pós-coloniais, que tentei hibridar com a abordagem analítica (AYOUCHE, 2019, p. 223).

Nesse sentido, partimos da posição de que o lugar do campo é o do paradoxo do próprio político, que cria relações desiguais e de subordinação a partir dos seus interesses e em que todos os espaços são permeados por discursos e relações de poder². Dessa forma, pode-se dizer que não só “o sexual é político”, como também todo o campo subjetivo, o desejo, as fantasias, o desenvolvimento psíquico e a psicopatologia não poderiam ser analisados fora da teia discursiva política que necessariamente os compõe. O sujeito, representado topologicamente por Lacan (1961/1998) como uma banda de Moebius³, está simultaneamente

² como multiplicidade da correlação de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 1988/2007, p. 102).

³ A banda de Moebius é uma das figuras topológicas usadas por Lacan (1961/1998) para representar a extimidade, a continuidade entre dentro e fora no sujeito. Lacan a introduz no seminário *A Identificação* em (1961-1962/2003) e, a partir dela, deriva as figuras topológicas

em conexão com sua subjetividade (considerado aqui como o psíquico) e a política na qual se vê inserido (todo o campo social, econômico e de leis) (Lacan, 1958/1998; Agamben, 1995/2010; Frosh, 2010) impossibilitando a divisão binária. Assim, nas palavras de Guerra e Martins (2013), parte-se

. . . da premissa de que a dimensão política e a dimensão inconsciente são os dois lados correlativos de uma mesma lógica de agenciamento do funcionamento do sujeito no laço social. Nesse sentido, uma intervenção que opere mudança em um plano acarretaria mudança no outro, favorecendo a consolidação de novas posições (GUERRA & MARTINS, 2013, p. 93).

Desse modo, mesmo quando a psicanálise se refugia na teoria sem promover qualquer análise política de forma explícita, ela está assumindo uma posição específica, apoiando-se em uma estrutura de poder evidente e inseparável da construção teórica. Portanto,

[n]egar a historicidade das formações discursivas e a sua inscrição política não deixa de ser uma opção política: uma que escolhe jogos de poder a favor da ordem e da conservação contra a mudança ou a criação renovada. Essa opção coloca o íntimo ou privado, abordados pela psicanálise, fora da Polis, e deixa, assim, de questionar as relações de poder que estruturam esse lugar (AYOUCHE, 2019, p. 21).

Mesmo quando nenhuma palavra é dita diretamente sobre política na sala dos consultórios, é importante saber que os laços sociais (discursos que são relações de poder) influenciam tudo o que é dito tanto pelo analista quanto pelo paciente. Ou seja, o “não-dito social” (Rosa, 2009) está sempre presente, tanto nos espaços públicos quanto privados, motivo pelo qual psicanalistas estão sempre lidando com política, seja esta analisada ou ignorada.

Essa perspectiva é corroborada pelo método dos estudos psicossociais desenvolvido por Stephen Frosh, que diz:

[e]sse campo emergente é a possibilidade de desenvolver uma abordagem para sujeitos humanos que consiga teorizar juntos o que geralmente é considerado como separado: o “social” e o “pessoal” ou “individual”. Isso requer um envolvimento com as teorias da subjetividade — daí a psicanálise — e também com as teorias da aparência do sujeito no social. Isto é, usando um termo popularizado por Althusser (1971), estamos lidando particularmente com questões de “interpelação”, o que significa considerar como o sujeito humano é

do toro, cross-cap e garrafa de Klein. Ver Guerra e Martins (2013), *Psicanálise e política: contribuições metodológicas*.

formado também como uma entidade através da ordem social e ainda assim tem agência dentro dela. Esse paradoxo, de que se pode estar “sujeito ao” funcionamento da sociedade e também ser um “sujeito” no sentido de ser um agente com poder de agir sobre o mundo, é uma questão central para estudos psicossociais, como é para muitos no campo mais amplo da teoria social⁴ (FROSH, 2010, p. 38, tradução nossa).

Baraitser (2017) ainda acrescenta que a expectativa de que esse campo deveria se constituir como um “espaço não-disciplinar” no qual as esferas psíquica e social se relacionariam por uma mutualidade co-constitutiva, resistindo a serem enclausuradas em bordas, cantos e limites que massificam o pensamento, no que ficou conhecido como o debate entre as disciplinas tradicionais que mantêm a distinção entre vida psicológica e social (Baraitser, 2017). Essa abordagem leva em consideração o debate epistemológico realizado por Haraway (1995) sobre a necessidade de localizar a produção de saber dentro da dinâmica de poder social.

Saberes localizáveis também na psicanálise

Diante desse novo questionamento da produção de conhecimento, a psicanálise também será localizada em termos de seu posicionamento. Haraway (1995), pesquisadora norte-americana, sob a égide de Foucault (1988/2007), aponta para a relação entre verdade e poder, apostando na localização e na corporificação do saber como chaves para a criação de uma objetividade não universalizante. Lê-se:

. . . nenhuma perspectiva interna é privilegiada, já que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção a verdade. . . . [A] ciência – o jogo real, aquele que devemos jogar – é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo (HARAWAY, 1995, pp. 9-10).

⁴ “Manages to theorise together what are usually taken to be separate: the ‘social’ and the ‘personal’ or ‘individual’. This requires an engagement with theories of subjectivity – hence, psychoanalysis – and also with theories of the appearance of the subject in the social. That is, using a term popularised by Althusser (1971), we are dealing particularly with questions of ‘interpellation’, which means considering how the human subject is both formed as an entity through the social order, and yet has agency within it. This paradox, that one can be both ‘subject to’ the workings of society and yet also be a ‘subject’ in the sense of being an agent with power to act on the world, is a core issue for psychosocial studies, as it is for many in the broader field of social theory” (Frosh, 2010, p. 38.)

Com esse deslocamento do lugar do saber acadêmico, destaca-se o caráter interpretativo da nossa percepção, que é ativa e localizada ao construir modos de ver que se traduzem como modos de vida. Assim, toda forma de visão comporta em si uma infinidade de pontos cegos, que necessariamente violentarão a perspectiva do outro. Os subjugados não estão isentos da violência de seu próprio olhar, mas como nunca ocuparam o lugar da “neutralidade”, já nasceram advertidos da parcialidade do saber universal. Talvez o caminho seja a tentativa ética de se colocar como outro sempre, recusando ocupar o lugar do “ser”. Em outras palavras, Haraway (1995) adverte todos os campos do saber a não se colocarem no lugar da verdade totalizante, ou seja, não se sentarem no trono do poder que subjuga outras formas de conhecimento. Essa perspectiva, bem condizente com uma psicanálise crítica e contemporânea, evitaria a fidelidade e a alienação apaixonadas, posicionando-nos na violência inerente da nossa própria perspectiva e deixando-nos sempre assombrados pela pergunta de Haraway (1995) “com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (HARAWAY, 1995, p. 23).

Essa indagação aponta para a necessidade de a ciência pluralizar suas perspectivas. Assim, apostando em uma objetividade baseada na localização dos saberes e não mais no engodo de acreditar na “neutralidade”, propondo uma epistemologia que inclua nosso modo de ver e a violência dos nossos pontos cegos. Nesse sentido, essa ciência corporificada se posiciona, “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21), criando um comprometimento com a vigilância constante das nossas teorias, do nosso pensamento e do que não podemos escutar ou ver, ou seja, do lugar de onde falamos no discurso e os pontos cegos que ele produz. Com esse passo atrás, que retoma o corpo por trás do texto, a autora aponta que o estatuto do neutro, autoidêntico, não marcado e incorpóreo é aquele do saber dominante, que faz um determinado uso do universalismo como uma estratégia, para quem o poder permite dizer o que é a verdade. Portanto, a objetividade corporificada teria a exigência de posicionar-se e de questionar a política e a ética do que é conhecido como saber racional.

Para Kelly Oliver (2001) a vigilância dos pensamentos e das atitudes colonizadas que temos em relação a raça e gênero é um processo que permitem a abertura de uma subjetividade para a outra, pois o reconhecimento do outro enquanto sujeito humano está sempre ligado à visibilidade que, por sua vez, está invariavelmente relacionada à estrutura de poder que influencia o que é visto e como é visto. Nesse sentido, a vigilância não representa aqui uma simples atitude superegoica em relação a si mesmo, mas se aceitar como sujeito e

sujeitado as normas da cultura nas quais fomos criados, educados e socializados, que influenciam nossas formas de sentir, pensar, ver e interpretar o outro e o mundo. É não acreditar que o inconsciente é neutro, mas sim levar a sério o aforisma lacaniano que diz que o inconsciente é a política (LACAN, 1966-1967, inédito).

Ademais, essa mesma necessidade de localização é retomada pela teórica crítica, Amy Allen (2017), que usa o pós-colonialismo⁵ para retomar o conceito de história na teoria crítica, apontando como o progresso vem sendo usado como linguagem de opressão e dominação para três quartos do mundo, assim como justificativa para o colonialismo e o imperialismo. Nessa perspectiva a história não é entendida como cronologia linear, mas sim como paradoxo contínuo entre momentos de progresso e regresso relacionados ao poder e à política. Nesse sentido, extrapolando a crítica também para a ciência, não estaríamos rumando para a verdade necessariamente, mas para formas de saber relacionadas à dominação tecnológica de um tempo. Para Allen (2017), levantar a problemática do nosso próprio ponto de vista não é negar a herança normativa da modernidade, ou nos isentarmos da nossa própria normatividade, mas, sim, refletir sobre nossas limitações. Essa atitude crítica pode nos levar a uma maior liberdade em relação à nossa segunda natureza e à história, além de fazer justiça com o outro, “essa problematização não é motivada apenas por uma discussão epistêmica das impossibilidades de ter o ponto de vista dos olhos de Deus, mas também nosso comprometimento com o respeito ao Outro, o que é justiça” (ALLEN, 2017, p. 197).

Então, como é possível notar, a objetividade corporificada proposta por Haraway (1995) não privilegia mulheres, saberes produzidos nas colônias ou o conhecimento não heteronormativo, mas destaca os vetores de poder presentes na ciência a partir de uma análise crítica da epistemologia. Essa operação questiona o valor quase sacro da ciência positivista,

⁵ Pós-colonialismo é um campo do conhecimento que analisa os efeitos do colonialismo tanto nos países colonizados como nos colonizadores. Nas teorias política, literária e filosófica esse campo vem sendo estudado por grandes autores pelos quais passaremos ao longo desta tese, como Eduard Said (2004) e Franz Fanon (1952/2008). Além disso, mais recentemente a psicanálise vem se preocupando com o debate a partir de pesquisas de autoras como Grada Kilomba (2019), Neuza Souza (1990), Lélia Gonzales (1984, 2018), Ana Paula Musatti Braga e Priscilla Santos Souza (2018) e Maria Vyrgioti (2018). O colonialismo, então, é a política de exercer controle sobre outros povos contra a vontade dos seus habitantes por meio da força, sendo que esse processo gerou uma política de ocupação de territórios principalmente nas Américas e na África, gerando a servidão e a escravização de seus habitantes com consequências irrevogáveis que permanecem nos dias atuais. Embora as políticas de expansão territorial sejam menos frequentes atualmente do que o movimento Imperialista Europeu de antes do século XX, a expansão e a dominação cultural, econômica e linguística ainda permanecem ativas e atuantes.

apontando para a análise do patriarcado como corpo do universalismo, não só no conteúdo valorizado como verdade, mas também na forma de escrever e fazer ciência.

Apesar da crítica que aponta a necessidade de localização dos saberes estar em debate há mais de 30 anos (Haraway, 1984/1994) ela permeou pouco os debates dentro da psicanálise no Brasil⁶. Isso se evidencia na dificuldade de questionar posições de poder ligadas à raça, sexo e classe nas diferentes abordagens psicanalíticas. Assim, o que Haraway (1984/1994) questiona nesse texto é justamente a lógica política de um modo de fazer ciência baseado na guerra e na disputa, apostando na coalizão em redes que proponham a ligação pelas afinidades e vulnerabilidades. Essa perspectiva aponta o dualismo como estratégia que sustenta a dominação através da localização da unidade e da verdade da razão no “eu”, enquanto caberia ao “outro” a experiência do dominado, diferente, irracional e exótico.

Não é por acaso que as mulheres, os negros, a natureza, os trabalhadores e os animais ganham o estatuto de “outro” tanto na ciência quanto na psicanálise, com aforismos como: “o que querem as mulheres?” (Freud, 1933/2010b), o “continente negro” (Freud, 1926/2014) e “A mulher não existe” (Lacan, 1975-1976/2007). Essa inegável diferenciação valorativa entra na esteira de outras dicotomias históricas, como: mente/corpo, cultura/natureza, macho/fêmea, civilizado/primitivo, todo/parte, agente/recurso, criador/criado, ativo/passivo, certo/errado, Deus/Homem e sujeito/objeto (Haraway, 1984/1994). Assim, a consequência da análise política da produção de conhecimento é a criação de um projeto que corporifique a ciência e, nesse caso, também a psicanálise. Embora longe da realidade, o ideal seria a defesa da existência de múltiplas formas de conhecimento baseadas no diálogo, na conversa e na solidariedade, no lugar de formas confrontativas do debate intelectual. Dessa forma, para Haraway,

[s]er uno é possuir autonomia, poder, em suma, ser Deus, mas ser uno também significa ser uma ilusão e, neste sentido, estar envolvido numa dialética do apocalipse com o outro. Já ser outro é possuir a multiplicidade, sem fronteiras claras, encontrar-se esgarçado, sem substância (HARAWAY, 1984/1994, p. 279).

A questão do risco do universalismo e da neutralidade como estratégias de manutenção de uma epistemologia que corrobora com o sistema de poder dominante, no qual o conhecimento válido é o Ocidental, Europeu, branco e masculino foi apontada na introdução a partir do debate com Haraway (1984/1994). Entretanto, ao optarmos por incluir esse debate

⁶ E algumas vezes ainda aparece sendo distorcida como argumento em favor da descorporificação do saber e manutenção do academicismo universalista como verdade.

na psicanálise, entendemos que ela não se endereça a sujeitos com identidades específicas, “identificados com um traço unitário particular: ela, porém, só pode evitar maltratar sujeitos minoritários se ela se lembrar de que a neutralidade e universalidade de seus modelos permanecem definidas muitas vezes em função de sujeitos majoritários” (Ayouch, 2019, p. 224). Portanto, a partir de corpo de mulher latina questiono o universal na psicanálise como política de manutenção de lugares de poder, não para dizer que não se deve falar, mas sim que a posição da qual se fala é sempre um ato politicamente implicado.

Localização de corpos que escrevem

Partindo das críticas atuais do pós-colonialismo e do feminismo à ciência, Martinez-San, Sifuentes-Jáuregui e Belausteguigoitia (2016) apontam para a necessidade da criação de um projeto que crie uma *linguagem comum* para termos da América Latina e do Caribe, que privilegiem um novo léxico e uma nova teoria que respeite o paradigma local. Amparados pelo conceito de “ideias fora do lugar” de Roberto Schwartz (1992) e pela pedagogia do contato e do cruzamento de Haraway (1998), esses pesquisadores propõem a necessidade da tradução dos conceitos europeus para o contexto latino-americano, evitando a violência de interpretar fenômenos locais com conceitos impróprios. Ao que me parece, esse descentramento ressoa não só na ciência, mas no que poderá ser um método psicanalítico de investigação, para o qual a lógica do inconsciente questiona a unidade do ser e qualquer lógica interpretativa que queira fixar padrões para o real.

Apontando para o que permanece reprimido, a psicanálise e política tem como objetivo não só desvelar o reprimido sexual na constituição psíquica, mas também apontar e analisar as relações de poder no reconhecimento para alcançar a política no inconsciente. Esse campo de pesquisa psicanalítico, embora não seja predominante, defende uma psicanálise que seja política em sua teoria e técnica (Frosh, 1987/2019, 2019a; Martins, 2014; Rosa, 2017; Ayouch, 2019). Para Ayouch (2019),

[e]mbora o analista esteja inscrito/a na subjetividade de seu tempo, ele/a tem a responsabilidade de desconstruí-la, para perde-la e reencontrá-la ao mesmo tempo, para não falhar em sua postura de analista e conquistar seu estilo de clínico/a. Pois ele/a ocupa uma posição política por sua situação na Polis, sua escuta das minorizações do psíquico e do social, seu manejo da transferência, a análise dos efeitos do poder que a atravessam e a reflexão sobre as consequências subjetivas e sociais de sua prática (AYOUCH, 2019, p. 224).

Não por acaso, uma série de pesquisadores cujos corpos são marcados por questões coloniais, de raça, classe e gênero (Haraway, 1995) vêm questionando a forma da produção de conhecimento considerada neutra. Glória Anzaldúa foi uma escritora e estudiosa norte-americana que se debruçou sobre a cultura chicana. Ela convoca as mulheres latinas a subverter os mecanismos de poder e se inscreverem como resistência, apostando em outras formas de se produzir teoria. Esse texto invoca uma reflexão sobre quem escreve, o que escreve, com quais recursos, de que lugar, em que formato, o que significa o ato de escrever e o que é valorizado. Essas perguntas questionam a epistemologia tirando a ciência do lugar de verdade inquestionável, que compra seu “passe” de neutralidade pelo uso da linguagem acadêmica e do conhecimento com maestria e erudição. Esse é o questionamento que precisa ser incorporado pela psicanálise, sem a pretensão de chegar ao estatuto impossível do lugar da justiça, mas apostando que a vigilância constante nos permite menos violência no trato com outro ao saber-mo-nos dentro da disputa de poder.

Conclusão

Como conclusão propomos uma psicanálise crítica, entre o mundo interno e externo, capaz de escutar o sintoma individual e que questiona o laço social, que busca na análise da complexa teia de disputa de poder a crítica aos mecanismos que garantem a manutenção segregacionistas da estrutura social na qual vivemos. Sem perder de vista que a psicanálise não é neutra e não está livre das influências do político, nos apoiamos nesse pequeno espaço híbrido para apostar em um campo mais plural. Uma psicanálise que não recua diante de seus próprios furos, mas os usa, ousa não nega as questões de raça para defender seu domínio universal, não se vê ameaçada pelas críticas feministas, pois as incorpora, e não precisa se manter subserviente ao pai, pois avança. Uma psicanálise que se mantenha na busca de um ideal de resistência, não só pelo conteúdo, mas também pela forma. Que mesmo operando dentro das disputas de narrativas, lute por um espaço de saber menos hierárquico, menos disciplinar e que incentive a co-existência no lugar da guerra.

Referências Bibliográficas

Anzaldúa, G. (2000) Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Em *Estudos feministas*, ano 8, 1. Pp. 229-236.

- Allen, A. (2017). Adorno, Foucault, and the end of progress: critical theory in Postcolonial times. Em *Critical theory in critical times: transforming the global political and economy order*. NY: Columbia.
- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivação*. Curitiba: Calligraphie.
- Arendt, H. (1990) *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Baraitser, L. (2017) *Enduring Time*. Londres: Bloomsbury.
- Bhabha, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.
- Foucault, M. (1976). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. M.E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 2005.
- Freud, S. (1996). A negativa. Em: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB), vol. XIX, Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Texto originalmente publicado em 1925).
- Freud, S.(1996). O Mal-estar na civilização. Em: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB), vol. XXI, Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Texto originalmente publicado em 1930).
- Frosh, S. (2019) *As políticas da psicanálise: uma introdução à teoria freudiana e pós-freudiana*. (C. I. Nakagawa, trad.). São Paulo: Benjamin. (Texto originalmente publicado em 1987).
- Frosh, S. (2010). *Psychoanalysis outside the clinic: interventions in Psychosocial studies*. London: Palgrave Macmillan.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Em *Cadernos Pagu* (5), pp.7-41.
- Haraway, D. (1994) Um manifesto para os ciborgues: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. Em *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. RJ: Roxo. (Texto originalmente publicado em 1984).
- Yuval-Davis, Nira. (2016). Power, intersectionality and the Politics of Belonging. In *The palgrave handbook of gender and development*. Ed. W. Harcant. The Editors.
- Lacan, J. (1996) . *Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-54)*. Trad. Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1966-1967). *O seminário, livro 14: a lógica do fantasma*. Inédito.
- Martins, A. S; Guerra, A. M. C. (2013) *Psicanálise e política: contribuições metodológicas*. Revista *Borromeo* N° 4. Disponível em: <http://borromeo.kennedy.edu.ar/Articulos/CamposGuerrapsicoan%20A1lisisypol%20ADtica.pdf>.

Martinez-San, Sifuentes-Jáuregui e Belausteguigoitia. (2016) *Critical terms in Caribbean and Latin American thoughts: Historical and Institutional Trajectories*. Londres: Palgrave.

Mezêncio, M. de S. (2004) Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. Em *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, pp. 104-113, jun.

Oliver, K. (2001). *Witnessing: beyond recognition*. London: University of Minnesota.